

PREVENINDO O 'DAY AFTER'

SALDANHA, Fernando. Prevenindo o "Day-After": Plano de Contingência para o Ano 2000. MODULO ON LINE, Jun, 1999.

RESUMO: O problema do Bug do Milênio é concreto e real. Muitos especialistas afirmam que não há solução com precisão matemática para resolver a questão, uma vez que são muitos os sistemas, processos e variáveis envolvidos. Para segurança dos sistema bancário brasileiro, o BACEN determinou que todas as instituições financeiras devam ter Planos de Contingência(*) para manutenção das operações vitais, em caso de falhas graves decorrentes do Bug.

Para uma visão jurídica do problema do Bug, anexamos artigo do advogado Renato S. Opice intitulado "O Bug e as Indenizações".

(*)A Circular n.2892 do BACEN estará disponibilizada nas opções 1 e 2 de acesso.

PALAVRAS-CHAVES: Bug do Milênio – Plano De Contingência – Danos (Informática).

Executivos, leigos, técnicos, todos, sem exceção estão à procura da resposta:

Qual vai ser o impacto do Bug do Ano 2000?

Ele vai ser realmente catastrófico? Ou não passa de um excesso de algumas empresas com síndrome de pânico?

"Onde tem fumaça, tem fogo...". Este é o caso do Ano 2000. O problema do Bug é concreto, real e seu impacto global será inversamente proporcional ao investimento que houver sido feito para eliminá-lo ou remediá-lo, até que se tenha uma solução implementada. A solução é fruto de trabalho, para ser mais exato de capital e trabalho.

Vendo desta maneira é muito simples. Parece que é apenas uma questão de determinação com capacidade financeira. Assim poderíamos equacionar o problema com as seguintes instruções:

- Identifique os processos geradores de bens e serviços críticos para a organização,
- Identifique os recursos necessários para a execução destes processos que possam, de alguma forma, ser afetados pelo Bug,
- Implemente as soluções que eliminem a possibilidade de problemas decorrente do Bug sobre estes recursos.

Resolva os demais problemas, de menor criticidade, à medida que eles forem surgindo.

Contudo, esta fórmula está baseada em pelo menos um pressuposto inconsistente. Ou melhor, considera a premissa falsa de que uma Organização domina totalmente o seu processo produtivo, incluindo seus insumos, sua mão de obra e seus equipamentos. Evidentemente isto não acontece. Desta forma o processo acima descrito deixa de apresentar um resultado que nos permita garantir uma continuidade operacional na virada do ano. Em outras palavras, passa a ficar mais evidente que este é um problema complexo.

Numa representação matemática é um problema com mais incógnitas do que equações. E este tipo de sistema tem como resultado uma impossibilidade matemática. Sem

meias palavras, não existe solução ideal, com precisão matemática, para o caso do Bug do milênio, uma vez que a quantidade de variáveis existentes, e de suas combinações, são infinitas.

Um problema deste tipo será abordado sempre a partir de duas estratégias possíveis:

- Maximização dos recursos investidos na prevenção.
- Redução das possíveis perdas

Deve ser também considerado que estamos a 6 meses da virada do Ano, e este tempo é curto para a adoção de medidas corretivas que ainda não estejam em implementação. O que for feito daqui para frente deve maximizar o retorno dos investimentos.

Para os casos onde a solução não for garantida deve ser priorizado o trabalho de redução do risco de perdas. Uma forma clássica de redução de risco é a cobertura de sinistros por seguros. Mas esta alternativa não apresenta uma solução do tipo "ganha X ganha" para todos. Com uma apólice de seguros as instituições podem até minimizar seus riscos financeiros, mas os seus usuários ficarão expostos e vulneráveis, bem como a garantia de continuidade das operações.

Outra forma de se reduzir o risco é a adoção de Planos de Continuidade e Contingência Operacional.

A adoção deste tipo de prevenção é recomendável pois permite a melhor combinação de custo benefício para todos os envolvidos: setor público, setor privado e consumidores.

A construção de Planos de Continuidade requer que idealizemos cenários e desastres. Em todos os cenários, sem exceção, que possam ser vislumbrados são consideradas possíveis falhas nos serviços públicos pois a garantia da prestação de serviços das concessionárias é uma grande interrogação. Uma ação isolada por parte do Banco Central do Brasil diminuiu está interrogação, pelo menos no setor financeiro. A recente Circular 2892, do BACEN determina que todas as instituições por ele fiscalizadas devem ter Planos de Continuidade e Contingência que viabilizem a manutenção das operações vitais destas organizações no caso de alguma falha grave decorrente do Bug.

Em termos práticos, significa que as Organizações que tenham os serviços do sistema financeiros fazendo parte de seus processos críticos têm menos uma preocupação na virada do Ano. Significa que as Instituições Financeiras se preparando devidamente, possibilitarão que as outras empresas economizem alguns milhões de reais que seriam gastos elaborando procedimentos que prevenissem ou remediasses falhas do sistema financeiro. Isto sem contar com prejuízos que serão evitados num eventual problema que venham a impactar uma ou mais instituições financeiras.

Este foi um passo, mas ainda é pouco. Muitos outros devem ser dados. Todas as Agências Reguladoras de Serviços Públicos devem seguir o exemplo do BACEN. E, pensando de forma abrangente, todos os serviços essenciais, como Hospitais, Telecomunicações, Saneamento, Energia Elétrica, Companhias Aéreas, Correios e Aeroportos devem ser incluídos nesta obrigatoriedade de estruturação de Planos de Contingência.

Notícias recentes informam que as Empresas de Telefonia iniciaram testes para avaliar a sua adequação e integração. É um belo exemplo, mas tal iniciativa não pode ser deixado a critério de cada um. No caso do Bug do Ano2000 existem problemas de origem interna e externa. Os de origem externa não serão dominados por ninguém, podendo, quando muito, serem remediados. É o caso de duas operadoras de sistemas de telefonia móvel que afirmaram que não terão problemas relativos à virada do ano porque seus equipamentos são novos. Ante esta afirmativa fica a pergunta: Elas já combinaram tudo com as distribuidoras e geradoras de energia elétrica, com a Companhia de Trânsito (o trânsito

poderá ficar seriamente afetado) e com a empresa de Água e Esgoto local? Ninguém poderá afetá-las?

Como observamos, são muitas variáveis sem controle. E neste caso, lembramos o filósofo Caio Lucius Sêneca que disse:

"O acaso faz da vida um jogo...".

Cabe às entidades reguladoras não permitirem que o acaso assuma o comando das ações. Devem gerenciar de forma firme e decidida o processo de adequação e de estruturação de Planos de Continuidade Operacional. Que a diretriz do Banco Central sirva de exemplo. O tempo que nos separa do fim do ano, 6 meses, é pouco se considerarmos o trabalho que ainda resta realizar. Este é o caminho. Não existe solução simples.

Se cada um garantir a sua parte, o problema poderá vir a ser irrelevante.

Se pelo menos os principais agentes fizerem a sua parte, o problema será pontual e localizado.

Se apenas poucos fizerem a sua parte, todos serão afetados. Sem exceção. Pois este é o típico caso onde "uma andorinha não faz verão".

Fernando Saldanha é Engenheiro de Produção, MBA Executivo pela COPPEAD. Gerente de Segurança da Módulo Security Solutions, é responsável por Projetos em Planos de Continuidade e Contingência Operacional, sendo desde 1997 o único profissional na América Latina certificado CBCP - Certified Business Continuity Professional, reconhecido pelo Disaster Recovery Institute International.